



Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1649 | 25 A 30 DE JANEIRO DE 2021



FUNCIONÁRIOS ESTÃO MOBILIZADOS CONTRA O DESMONTE DO BANCO DO BRASIL



No próximo dia 29/1 será realizado um Dia Nacional de Luta para protestar contra a nova reestruturação do banco **(págs. 4 e 5)**

Conquista da Campanha Salarial, Saúde Caixa para Todos é finalmente implementado (pág. 3)

Comissão de Empresa discute com o Itaú questões relativas ao banco de horas negativo (pág. 7)

BANCOS PÚBLICOS SÃO PILAR PARA A ECONOMIA EM MEIO À PANDEMIA



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará

No terceiro trimestre do ano 2020, o Banco do Brasil desembolsou R\$ 6,2 bilhões, beneficiando 110 mil empresas. No mesmo período, a Caixa Econômica Federal havia desembolsado R\$ 12,064 bilhões. Comparando com as instituições privadas, o Itaú, que também atingiu 47 mil micro e pequenas empresas com valores correspondentes a R\$ 3,9 bilhões.

Exemplos não faltam sobre a atuação dos bancos públicos no fomento da economia no momento da pandemia, que teve implicações em todo o mundo. O desembolso, com programas como o Pronampe, fez crescer em 27,8% o desembolso para as micro e pequenas empresas, diante de 11,1% das grandes empresas. Enquanto alguns internalizaram esses recursos e reforçaram seus caixas, os bancos públicos atuaram junto a economia mais fragilizada.

A importância dos bancos públicos na atuação contra crises econômicas é fundamental para sustentabilidade no pequeno, médio e longo prazo, com políticas de juros mais baixos, permitindo aumento de geração de emprego, como crescimento da atuação dessas empresas na economia direta. Por exemplo, durante a crise econômica mundial de 2009, dados do Banco Central do Brasil indicam que, no início daquele ano, o saldo de crédito dos bancos públicos crescia a taxa de 31,5% ao ano acima da inflação. Enquanto no mesmo período o crédito nos bancos privados crescia a taxa de 17,8% acima da inflação. Ao final de 2009, com o agravamento da crise econômica internacional, os bancos privados no Brasil reduziram brutalmente os novos desembolsos de crédito, enquanto nos bancos públicos os desembolsos foram sustentados por uma decisão política do governo e, em dezembro de 2009, o crédito nas instituições estatais ainda crescia a elevada taxa de 27% acima da inflação.

De acordo com o Dieese, entre janeiro de 2008 e janeiro de 2016, a participação dos bancos públicos no crédito total no país passou de 33,8% para 56,5% e a participação dos bancos privados caiu de 66,2% para 43,5%. Um dos principais problemas do sistema financeiro brasileiro é a ausência de mecanismos de financiamento de projetos de longo prazo como, por exemplo, infraestrutura. Esvaziar o mais poderoso instrumento de política econômica de financiamento de longo prazo no país significa renunciar a um universo de projetos que garantiriam maior soberania nacional, maior desenvolvimento industrial e tecnológico, com geração de empregos de qualidade e renda.

A mudança na orientação da política econômica de crédito, via bancos públicos no governo Temer e que continuou no governo Bolsonaro, não somente contribuiu para um desmonte dos bancos públicos, como jogou a economia para créditos diretos e com custo maior nos bancos privados. Em contrapartida, se recorre agora aos bancos públicos para atuarem onde os bancos privados não têm interesse econômico.

O fortalecimento dos bancos públicos é uma necessidade constante. Contudo, infelizmente, assistimos a uma tragédia econômica anunciada com o desmonte das instituições financeiras de caráter público. Defender os bancos públicos é bom para o Brasil, e não é simplesmente um jargão utilizado pelas entidades sindicais. A atuação dessas instituições é fundamental no desenvolvimento econômico do país e para combater as desigualdades, promovendo emprego, renda e justiça social para todos.



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
 Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
 Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

APÓS MUITAS REIVINDICAÇÕES, CAIXA REABRE O SAÚDE CAIXA E CUMPRE O ACT

Uma das maiores conquistas da Campanha Nacional dos Bancários de 2020, enfim a direção da Caixa, desde o último dia 8/1, reabriu o Saúde Caixa para todos os empregados. O Saúde Caixa para Todos está no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e desde o fim das negociações as entidades que representam os empregados e o movimento sindical reivindicavam a inclusão dos trabalhadores que estavam fora do plano. A demanda já era antiga dos trabalhadores, desde 31 de agosto de 2018, quando os novos contratados não foram inseridos no plano de assistência à saúde. Cerca de 10 mil empregados devem entrar no Saúde Caixa.

O cenário de pandemia estava deixando os empregados que estão fora do Saúde Caixa apreensivos e a gestão da Caixa estava excluindo os trabalhadores do plano de assistência à saúde. A coordenadora da CEE/Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt, que também integra o Grupo de Trabalho – Saúde Caixa, reafirmou que a inclusão de todos os empregados no plano é uma conquista dos empregados e não uma ação feita pela Caixa. Segundo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, a inclusão dos empregados só foi possível após a autorização da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

O acordo do novo plano de saúde manteve os princípios de pacto inter-



geracional, solidariedade e mutualismo e a inclusão dos novos contratados que entraram após 31 de agosto de 2018, principalmente dos PcDs.

HISTÓRICO – As negociações que garantiram a adesão dos mais de três mil empregados admitidos após 31 de agosto de 2018, a maior parte deles Pessoas com Deficiência (PcD), ao Saúde Caixa, na Campanha Nacional 2020 também definiu reajustes, mas manteve a relação de custeio em 70/30 do plano de saúde. O acordo foi construído num cenário de dura negociação entre a CEE/Caixa com a direção do banco. Foi apenas na nona proposta apresentada pelo banco que as partes chegaram a um acordo, que prevê uma contribuição

do titular de 3,5% do salário e 0,4% por dependente, com teto de 4,3%. A coparticipação passa a ser 30% de cada dependente e o teto por grupo familiar de R\$ 3.600. Além disso, não há mais a coparticipação para internação e tratamento oncológico e o atendimento em pronto socorro, coparticipação de R\$ 75.

As regras do novo formato de custeio do Saúde Caixa podem ser consultadas por meio dos MN RH 221, RH222 e RH223. Em caso de dúvidas, os usuários do plano podem entrar em contato com a Central de Atendimento do Saúde Caixa pelo telefone 0800 0956094 ou pelo endereço www.centrossaudecaixa.com.br/faleconosco/ ou www.centrossaudecaixa.com.br/adesao.



BANCO DO BRASIL

BANCO SURPREENDE FUNCIONÁRIOS COM REESTRUTURAÇÃO E AMEAÇA DE 5 MIL DEMISSÕES

A direção do Banco do Brasil pregou uma triste surpresa para seus funcionários e as entidades sindicais ao anunciar dia 11/1 um plano de reestruturação que prevê o fechamento de fechar agências e outras unidades, além de um Plano de Demissões Voluntárias (PDV) que tem por meta dispensar 5 mil trabalhadores, entre outras medidas consideradas muito ruins.

O plano prevê mudanças em 870 pontos de atendimento por meio do fechamento de agências, postos de atendimento e escritórios e a conversão de 243 agências em postos. Também estão previstas a transformação de oito postos de atendimento em agências, de 145 unidades de negócios em Lojas BB, além da realocação e 85 unidades de negócios e a criação de 28 unidades de negócios. O PDV

prevê duas modalidades de desligamento: o Programa de Adequação de Quadros (PAQ), para o que a direção do banco considera excessos nas unidades; e o Programa de Desligamento Extraordinário (PDE), para todos os funcionários do BB que atenderem aos pré-requisitos.

O banco também fez mudanças no atual modelo e remuneração dos caixas executivos, que deixariam de ter a gratificação permanente a passariam a ter uma gratificação proporcional apenas aos dias de atuação, se houver.

O plano foi um desrespeito com os funcionários e com as entidades sindicais, que são totalmente contrárias a esse plano, que retira do BB o papel de banco público. Também prejudica os caixas executivos, que terão perdas consideráveis. Até agora, as informações repassadas à representação dos

funcionários foram mínimas, muitas vezes, repassadas pelos próprios bancários das agências atingidas.

Em reunião com a Comissão de Empresa do BB, os representantes do banco admitiram que não tinham todas as informações. As entidades estudam medidas judiciais e orientam os bancários que procurem seus sindicatos para mais informações e para tirar dúvidas. Lembramos que tudo isso acontece em meio a uma pandemia.

“O Sindicato não concorda com nenhum plano que resulte em redução de postos de trabalho. Fomos tomados de surpresa com essas medidas do governo Bolsonaro para esvaziar ainda mais uma entidade importantíssima para o desenvolvimento do Brasil. Não vamos deixar esse governo irresponsável destruir o BB”, finaliza o diretor do Sindicato, José Eduardo Marinho.

ENTIDADES SE MOVIMENTAM CONTRA REESTRUTURAÇÃO DO BB

Tão logo tomaram conhecimento sobre a nova reestruturação do BB, anunciada no último dia 11/1, as entidades representativas dos funcionários começaram a movimentação para evitar o desmonte do Banco do Brasil, a instituição financeira mais antiga do país. As atividades foram desde conversas nas unidades, manifestações, plenárias virtuais, tuitos até a reunião com parlamentares e denúncias ao Ministério Público. A mobilização prevê ainda um Dia Nacional de Luta no próximo dia 29/1. Acompanhe:

Denúncia ao Ministério Público

O Sindicato dos Bancários do Ceará apresentou dia 15/1 uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT) para que este determine ao Banco do Brasil que forneça todas as informações necessárias sobre o plano de readequação funcional no Estado para que se resguarde, aos bancários da base da entidade, o direito de ter conhecimento sobre todos os aspectos relevantes para a tomada de decisão frente ao plano de desligamento voluntário. A denúncia foi registrada no sistema do MPT, como Notícia de Fato (NF), sob o protocolo nº 2.07.000.000050/2021-68. O Sindicato entende que conhecer os detalhes do enquadramento da reestruturação funcional mostra-se indispensável para que o funcionário avalie sua adesão ao PDE.

Plenárias

O Sindicato realizou ainda três plenárias virtuais para debater a reestruturação com o funcionalismo, com o apoio do departamento jurídico da entidade. A primeira foi realizada no dia 15/1, voltada para debater diretamente com os caixas; a segunda, aberta a todos os funcionários, na segunda, dia 18/1 e a terceira, na quinta, dia 21/1. Os dirigentes do Sindicato criticaram a total falta de informação sobre as dotações, fechamento de agências, desligamentos etc. O Sindicato esclarece ainda que os bancários, em caso de dúvidas, devem procurar o departamento jurídico da entidade, de segunda a

sexta, das 9h às 15h, ou ainda pelo e-mail juridico@bancariosce.org.br ou pelo telefone: 85 3252 4266.

Entrega de estudo aos parlamentares

Nota do Dieese mostra que o plano de reestruturação do Banco do Brasil prevê economia de R\$ 353 milhões em 2021 e R\$ 2,7 bilhões em 2022. Somente nos primeiros nove meses do ano passado, o banco teve um lucro líquido ajustado de R\$ 10,189 bilhões. O estudo foi entregue a parlamentares das Frentes Parlamentares Mista em Defesa dos Bancos Públicos e Soberania. Receberam o estudo o senador Jaques Wagner (PT-BA), a deputada federal Érika Kokay (PT-DF) e os deputados federais Pompeu de Mattos (PDT), José Carlos Nunes Júnior (PT-MA) e João Daniel (PT-SE). O estudo, de 24 páginas, mostra, entre outros aspectos, resultados financeiros do banco, composição das despesas com pessoal, saldo de empregos, tendência de queda dos postos de trabalho no setor bancário, número de agências, postos de atendimento e clientes do Banco do Brasil e a rede de atendimento do banco. A reunião aconteceu no dia 19/1.

Calendário de lutas

A indicação da Comissão de empresa é que no dia 29/1 seja realizada uma paralisação nacional de 24 horas. No dia 29, está programada também uma atuação organizada nas mídias sociais e o uso de roupas pretas pelos funcionários.

SINDICATO ENTREGA MOTO A MAIS UM FILIADO CONTEMPLADO NA CAMPANHA FILIAÇÃO PREMIADA

No último dia 12/1, o secretário de Organização do Sindicato dos Bancários do Ceará, Pedro Moreira, foi ao município de Aracati para realizar a entrega da moto 160cc ao bancário do Banco do Brasil, Cristiano Pinheiro.

Cristiano foi um dos ganhadores da Campanha Filiação Premiada, realizada pelo Sindicato durante todo o ano de 2020 e que sorteou entre os novos filiados e os bancários que se recadastraram quatro motos e quatro TVs. Ele foi contemplado no segundo sorteio, juntamente com o também funcionário do BB de Iracema, Mário Sérgio de Oliveira Filho, que já recebeu a sua TV 43'. "Um Sindicato só é forte com o apoio dos seus filiados e uma entidade forte é de fundamental importância, principalmente numa época como essa que estamos vivendo, de ataque aos direitos dos trabalhadores. É o Sindicato quem defende o trabalhador e nós estaremos sempre incansáveis em defesa da nossa categoria", destacou o secretário de Organização, Pedro Moreira.



Parceria com Colégio Adventista oferece 25% de desconto para sindicalizados

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou convênio com o Colégio Adventista de Fortaleza. Com essa parceria, os bancários sindicalizados e seus dependentes têm direito a desconto de 25% nas mensalidades para o ano letivo de 2021.

Há mais de 120 anos construindo uma bagagem formativa que vai muito além do ensino, presente em 165 países e sendo uma das maiores redes confessionais do mundo, a Educação Adventista se compromete com valores e princí-

pios para toda a vida. Assim o Colégio Adventista de Fortaleza tem marcado gerações, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. O Colégio conta com professores qualificados e materiais didáticos exclusivos, que estimulam a aprendizagem significativa e oferecem aos alunos um mundo de possibilidades.

Além disso, tem investido em uma infraestrutura moderna e segura para melhor acomodar seus alunos. São 512 unidades de ensino no Brasil atualmente, incluindo sete de ensino superior e 15 internatos.



**Colégio
Adventista**

DE FORTALEZA

Mais informações:

Instagram: @colegioadventistadefortaleza

Facebook: Colégio Adventista de Fortaleza

Telefone/ Whatsapp: (85) 3252-1208

Endereço: Av. da Universidade, 2083 - Benfica

Parceira:

Faculdade Unyleya oferece descontos em cursos à distância

O Sindicato dos Bancários do Ceará tem convênio com a Faculdade Unyleya, que oferece 11 cursos de Graduação à Distância, mais de 600 cursos de pós-graduação em 50 áreas de conhecimento, incluindo gestão bancária.

Através dessa parceria, os bancários filiados e seus dependentes podem ter até 62% de desconto nos cursos à distância.

A Faculdade Unyleya é uma instituição de ensino superior com 11 anos de tradição na oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação à distância. Os bancários sindicalizados terão acesso a cursos como: Administração, Banco de Dados, Ciências Contábeis, Gestão Ambiental, Gestão Hospitalar, Gestão Pública, Gestão RH, Rede de Computadores, Pedagogia, Marketing, entre outros. A Faculdade oferece ainda cursos MBA Executivo em Administração Financeira, Gestão Bancária, Finanças Corporativas, Auditoria Empresarial, Gestão Financeira e Orçamentária em Organizações Públicas etc.

Para saber mais sobre cursos e descontos, acesse: <http://bit.ly/2Xvqj5k>.

MAIS INFORMAÇÕES:

www.unyleya.edu.br

Graduação: 0800 602 6770

Pós Graduação: 0800 602 2210

Fortaleza: Av. Júlio Abreu, 160 – Salas 802/803 – Hot Center (Varjota), telefone: 85 3032 2220.



Convênio com a Unyleya garante condições exclusivas!

GRADUAÇÃO E PÓS EAD

DESCONTOS DE ATÉ **58%** PÓS-GRADUAÇÃO e **62%** GRADUAÇÃO

INSIRA O CÓDIGO PROMOCIONAL: **SEEBCE**

unyleya.edu.br (85) 3032-2220 0800 602 6770 GRAD. 0800 604 2210 PÓS.

UNILEYA EAD DE VERDADE

*Desconto não cumulativo, válido apenas para novas matrículas. Consulte condições.

COE ITAÚ DISCUTE COMPENSAÇÃO DE HORAS NEGATIVAS COM O BANCO

O banco de horas negativas dominou a pauta da reunião entre a COE Itaú e a direção do banco, realizada dia 20/1, por videoconferência. O debate começou com a apresentação, feita pelo Itaú, do número de trabalhadores que entraram no banco de horas. O problema está no alto índice de bancários com mais

de 400 horas negativas, pois, com este cenário, não seria possível cumprir o acordo de compensação no período de 12 meses.

Foi quando o movimento sindical propôs o aumento do período de compensação para 18 meses, com início no mês de março e a revisão do acordo a cada três meses. Reivindicou ainda a possibilidade da inclusão de uma cláusula de prorrogação deste período por mais seis meses, caso os trabalhadores não estejam conseguindo zerar os seus bancos. Os representantes dos trabalhadores também questionaram como ficará os casos de bancárias com licença maternidade e daqueles que sofrerem afastamento por acidente de trabalho e não conseguirem zerar suas horas negativas.

O banco ficou de avaliar a proposta e retornar sobre os questionamentos. Antes disso, reafirmou a cláusula que diz que se houver desligamento por iniciativa do banco não serão descontado essas horas.

Devido ao prolongamento do debate, as negociações em torno do Programa Complementar de Resultados (PCR) e do Programa Bolsa Auxílio Educação 2021 ficou para a próxima reunião. A



BANCO DE HORAS NEGATIVAS

COE Itaú debate modelo de compensação

COE Itaú pediu urgência na marcação do novo encontro. O Itaú aceitou e prometeu apresentar um programa interno de treinamento de requalificação, como ampliação ao programa de Bolsas, que será estendido aos dependentes.

BANCO DO FUTURO – O Itaú atualizou os dirigentes sindicais do andamento do novo modelo de agências. Um projeto piloto vai começar por duas regionais: Guarulhos (SP) e São João do Meriti (RJ). Essas regiões foram escolhidas por contarem agências de todos os portes, segundo o banco. De acordo com o Itaú, irá acabar a área comercial e a área operacional, para criar uma área única, com integração num novo modelo de trabalho. O banco garantiu que a missão do projeto não é diminuir o número de funcionários das agências, mas sim organizá-los melhor, com uma ressignificação dos cargos de gestão da agência.

O movimento sindical se comprometeu a construir uma agenda de discussão deste novo modelo e também sobre o Gera, programa que vai substituir o Agir, ligado à remuneração variável dos funcionários, assim que as questões iniciais deste encontro forem solucionadas.

PROJETO REMOTO NA CAIXA SEGUE ATÉ 31 DE MARÇO



A Caixa prorrogou mais uma vez o Projeto Remoto Excepcional. Os empregados que estão no home office deverão permanecer até o dia 31 de março de 2021. A medida tem sido uma das principais ferramentas para preservar a vida dos empregados e da população durante a pandemia da Covid-19.

A prorrogação do home office é uma reivindicação dos movimentos sindicais e entidades representati-

vas dos empregados. Vale ressaltar ainda, que os empregados do home office também devem manter todos os protocolos de segurança contra a contaminação da Covid-19.

Na última mesa de negociação, em dezembro de 2020, o debate sobre o teletrabalho entre os empregados e a direção da Caixa esbarrou no controle da jornada, item no qual o banco informou que não quer clausular o controle. A CEE/Caixa considera

que a ausência do ponto eletrônico é muito grave, pois a longo prazo isso pode agravar os problemas de saúde dos empregados, que devem ter direito a desconexão.

O Projeto Remoto é uma modalidade de Trabalho Remoto Simplificado. Foi lançado em março e tinha o prazo de 30 dias. A prorrogação do projeto poderá continuar ocorrendo de acordo com a necessidade do banco.

Dívida pública

A última canetada de Bolsonaro em 2020 foi sancionar, com 24 trechos vetados, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, no dia 31 de dezembro, que define as metas do governo para este ano, levando em consideração os limites orçamentários, como despesas e receitas, e as expectativas de crescimento. O valor total da dívida pública a ser paga aos investidores em 2021 é cerca de R\$ 1,31 trilhões. Entre os 24 vetos, Bolsonaro impediu que cerca de 60 ações e programas ficassem livres de contingenciamento, como reforma agrária e demarcação de terras indígenas. Também foi vetado um trecho que impedia o bloqueio de recursos para o combate à pandemia de covid-19 e a produção de vacinas.

Mais imposto e menos direitos

A crise econômica do país deve se agravar com o fim do auxílio emergencial para milhões de pessoas que perderam seus rendimentos por causa da pandemia. A previsão de economistas é que haverá aumento do desemprego e da miséria no país. Por sua vez, o ministro da Economia, Paulo Guedes, insiste na implementação da Carteira Verde Amarela que permite aos patrões contratar trabalhadores com menos direitos. Outra ideia que deve ser apresentada novamente é a criação de um imposto sobre operações financeiras, nos moldes da antiga CPMF. O governo quer apresentar essas propostas por Medida Provisória logo após a eleição para as presidências da Câmara e do Senado, marcadas para o dia 1º/2.

Imunidade de rebanho

Apesar de vários países já estarem aplicando vacinas contra o coronavírus, o mundo não alcançará a imunidade de rebanho em 2021, segundo alertou a OMS. Os especialistas alertam que as pessoas continuem tomando precauções como o distanciamento, a lavagem das mãos e o uso de máscaras em massa para combater a pandemia, cuidados que serão necessários pelo menos durante o resto deste ano. Nesta pandemia, a imunidade de grupo ocorrerá quando uma parcela grande o suficiente da população desenvolver uma defesa imunológica contra o coronavírus.